

"É um crime mexer no Sistema S"

"O Brasil é o único país de Terceiro Mundo com formação profissional de Primeiro Mundo"

"O Brasil só tem duas instituições para encher o peito e mostrar: o doutorado e a formação profissional."

Cláudio de Moura Castro

Cláudio de Moura Castro é economista, escritor, mestre em Educação e Doutor em Economia pela Universidade de Vanderbilt. Articulista da revista Veja, autor de mais de 30 livros publicados, Moura Castro chefiou a Divisão de Políticas de Formação da OIT (Organização Internacional do Trabalho), a Divisão de Programas Sociais do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) e atuou no Banco Mundial em temas e pesquisas sobre educação e formação profissional.

Trechos das declarações do professor Cláudio de Moura Castro durante o debate sobre formação e qualificação profissional, promovido pelo jornal Folha de São Paulo, em 29 de maio de 2008, em São Paulo. O debate foi mediado pelo jornalista Gilberto Dimenstein e contou também com a participação do ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi; do secretário de Emprego e Relações do Trabalho do Estado de São Paulo, Guilherme Afif Domingos; e do diretor regional do SENAI, Luiz Carlos de Souza Vieira.

CLÁUDIO MOURA CASTRO – Eu gostaria de abordar cinco pontos. Começo com o SENAI, do Sistema S, sobretudo porque tenho mais experiência com o SENAI. Neste momento estão sendo discutidas questões de mudança de financiamento. Para fazer isso, eu tenho que ser quase autobiográfico. Na década de 1970, escrevi dois livros sobre o SENAI e mais um bando de artigos. Na década de 1980, dirigi a Divisão de Política de Formação Profissional da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ocasião em que devo ter visitado entre 50 e 100 escolas. Na década de 90, no Banco Mundial, trabalhei no Mundo Soviético e no Mundo Árabe, e visitei cerca de 100 escolas. Tudo escola profissional. No Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), eu dirigi uma Divisão, também de política e visitei 20 escolas profissionais. Eu tenho quilometragem de visitar escola profissional. O que eu vi? Eu vi Primeiro Mundo no Primeiro Mundo e vi Terceiro Mundo no Terceiro Mundo. Após haver visitado 40 ou 50 escolas do SENAI, pelo Brasil afora, o único país de Terceiro Mundo em que vi escola de Primeiro Mundo foi no Brasil. É um depoimento pessoal. Eu ia às Olimpíadas do Conhecimento, em que o SENAI tem aparecido de forma muito expressiva, onde só entra Primeiro Mundo, e confirmava uma observação minha: o Brasil é o único país de Terceiro Mundo – e a gente espera que deixe de ser de Terceiro Mundo em breve, mas, por enquanto, ainda tem um pezinho lá no Terceiro Mundo – com um sistema de formação industrial de Primeiro Mundo. Sem a menor sombra de dúvida. Eu acho que mexer nesse sistema, que funciona há mais de 60 anos, é um crime. Eu temo qualquer coisa que se possa fazer, arriscando. Esse é meu discurso externo. Quando vou lá dentro do botequim, eu puxo a orelha mesmo, esculhambo, falo, critico. O SENAI hoje é bom, e para ser bom amanhã, tem de evoluir. O SENAI é

muito cabeça-dura, mas é uma instituição que vem apresentando um desempenho absolutamente superlativo. O SENAI tem coisas muito boas, mas a própria natureza do SENAI cria um sistema de formação. É muito curioso. Historicamente, o SENAI é um sistema suíço de formação profissional. Não é suíço, da região de mecânica de precisão, porque ele foi criado por um engenheiro suíço da região do Girard, formado no Politécnico de Zurique e que deu essa marca de instituição suíça ao SENAI. E, felizmente, o SENAI não se vê livre dessa marca.

Eu acho que esse é um ponto inicial, que vale a pena enfatizar porque é extremamente arriscado mexer no SENAI. O Brasil só tem duas instituições que você pode encher o peito e mostrar: os nossos doutorados e a nossa formação profissional. O resto é uma porcaria, se vocês me permitem a liberdade. O ensino básico é muito ruim, o ensino médio é muito ruim, o nosso ensino universitário é muito heterogêneo, cheio de problemas. As únicas duas coisas realmente de Primeiro Mundo são o doutorado e a formação industrial. E um pouco também da formação do SENAC. Esse é o meu primeiro comentário.

Segundo ponto. Quando nós olhamos a proporção de brasileiros na faixa do ensino médio, que está fazendo curso de formação profissional, vamos encontrar menos de 10%. Ora, quando examinamos os países de Primeiro Mundo, países industrializados e examinamos um bom número de países que estão aí no meio do caminho, vamos ver proporções que variam entre 30% e 80%, o que significa que o país está totalmente descalibrado em matéria de formação profissional, seja no nível do técnico, seja no nível do tecnólogo. Nos Estados Unidos, de cada três que entram, dois entram em curso de dois anos ou menos. No Brasil,

de cada dez que entram no superior, menos de um entra em formação de curta duração. Estamos totalmente descalibrados com relação ao mundo. A nossa indústria não é diferente da indústria do resto do mundo, o comércio também não, e os bancos também não. Há, portanto, um profundo desequilíbrio.

Por outro lado, volto à minha experiência de OIT, no fim da década de 1980, quando o Banco Mundial produziu um documento de política para formação profissional. Como tudo que o Banco Mundial fazia nessa época, é uma coisa muito exagerada. Muito dinheiro, muita pesquisa, muita coisa. Eu acompanhei isso, participei, escrevi, fiz muitos contatos. Uma das coisas interessantes foi encomendar, no mundo inteiro, pesquisas mostrando, ou perguntando, o que funciona e o que não funciona. O resultado foi muito expressivo. Obviamente, o Brasil saiu lá em cima do que funciona, e reforça o que havia dito antes. Interessante é que no mundo inteiro verificou-se que o que menos funciona é a profissionalização das escolas acadêmicas. Esse resultado é totalmente insuspeito. O Banco Mundial entrou nesse processo tentando vender empréstimos para profissionalizar as escolas acadêmicas, e o resultado veio totalmente na contramão do que o Banco estava fazendo. Cumprimento o Banco pelo fato de que pararam com esse processo depois desse resultado. Há o etos da escola acadêmica, das secretarias de educação, dos colégios acadêmicos. É um etos totalmente incompatível com as profissões manuais qualificadas. O ambiente, a discriminação, o peso da vida acadêmica praticamente destrói tudo que se pode fazer de sério nisso. O que funciona em formação profissional está longe das escolas acadêmicas, que oferecem ensino médio etc. O que

acontece no resto do mundo? É que as escolas técnicas estão para uma banda, as escolas profissionais para outra, e as escolas acadêmicas para outro canto. Totalmente separadas. O levantamento do Banco Mundial mostrou resultados extremamente desfavoráveis nas tentativas de juntá-las. Acho que é um ponto a se reter: a dificuldade, a quase impossibilidade de oferecer uma boa formação profissional dentro de escolas cujo ânimo, cuja alma, cujo etos, é acadêmico. Não funciona. As secretarias têm horror à formação profissional. Em todos os países em que a formação profissional está dentro do Ministério da Educação é uma catástrofe. É totalmente marginalizada, os fundos são cortados, o prestígio dos cursos que são oferecidos afunda monumentalmente. Na maioria dos países a formação profissional ou está no Ministério do Trabalho, ou é independente. E onde funciona melhor é independente.

Terceiro ponto. Num país carente de formação profissional, estamos cometendo o mesmo erro dos países africanos, de matar o sistema de aprendizagem. A aprendizagem é o sistema de formação profissional mais antigo que existe. É a relação mestre-aprendiz. Tradicionalmente, os pais levaram o menino para o mestre, pagavam para o mestre abrigar aquele menino e ensinar-lhe a profissão num período que poderia variar de quatro a oito anos. O menino concluía o aprendizado como um profissional naquela área. Isso existe até hoje. O aprendizado, pela relação mestre-aprendiz, permanece forte e absolutamente imbatível, em que nós poderíamos menos esperar, que é o doutoramento. O doutoramento é eminentemente um processo de mestre e aprendiz. Todos os países de Primeiro Mundo, todos os países industrializados, ainda têm sistemas de mestre-aprendiz para suas

ocupações manuais. A França tem, apesar da ênfase nas escolas técnicas. Os Estados Unidos têm, apesar da natureza completamente diferente, mas em algumas áreas há essa característica. Na Alemanha, França e Áustria, é sabido que dois terços da faixa etária, a partir de 16 anos, estão dentro da formação profissional, trabalhando e aprendendo. Trabalha quatro dias e aprende um, trabalha três dias e aprende dois. É o famoso sistema dual, que existe de forma mais desestruturada pelo resto do mundo. O que aconteceu? Com a alma cheia de ternura, de bondade, as autoridades de Ministério do Trabalho no afã de afastar os aprendizes da exploração pelos capitalistas selvagens, começam a proteger. Não se pode fazer isso. Agora, no Brasil, chegamos ao máximo. Não pode subir escada, não pode pegar peso. O menino vai para academia e pega peso, pega peso, pega peso, mas se for trabalhar na fábrica não pode pegar um caixote. O menino está na parede de escalada, não pode subir na escada para pegar o caixote na estante.

MINISTRO CARLOS LUPI – Professor, o senhor me permite um aparte? Não é Ministério do Trabalho, é a legislação. Se a legislação não está boa, vamos fazer uma pressão para que se mude a lei.

CLAUDIO MOURA CASTRO – Pelo que sei essa legislação são portarias do Ministério do Trabalho.

MINISTRO CARLOS LUPI – Baseadas na lei.

CLÁUDIO MOURA CASTRO – Pois é, chegamos à perfeição. Em locais físicos, em que existam máquinas, o aprendiz só pode trabalhar

se a máquina for lacrada. Ou seja, o menino daqui de São Paulo, que podia ser aprendiz na Volkswagen, vai para a rua e se arrisca a levar um tiro. O mesmo menino, da mesma idade, trabalha na Volkswagen, em Wolfsburg, na Alemanha. Lá pode. Além disso, há um aumento legal na remuneração do aprendiz. O que isso significa? Significa que a idéia de oferta e procura se equilibra. A Alemanha não tem uma lei de formação profissional, e sim uma ameaça de lei de formação profissional. Dois terços da faixa etária estão na formação profissional porque é bom negócio para o menino e bom negócio para a empresa. A empresa paga menos salário, paga a metade, depois sobe para dois terços. Com isso a empresa se obriga a oferecer uma formação profissional – que é bom para a empresa, porque paga menos, e bom para o menino, que aprende uma profissão. A oferta e a demanda se equilibram porque é interessante para a empresa. O Brasil, e outros países africanos – como Gana, por exemplo – protegeram tanto a formação profissional que é um péssimo negócio, ao menos para a maioria das empresas receber aprendizes. A empresa paga o mesmo valor por um aprendiz do que um maior de idade, mas que não pode subir na escala, não pode fazer isso, não pode fazer não sei o quê. O Brasil está praticamente liquidando todo seu sistema de aprendizagem, pelo excesso de exigências, pelo excesso de privilégios, e pela falta de vantagem que a empresa leva ao receber o aprendiz. É uma morte anunciada. E aí, o que acontece? Aí o pobre do Ministério do Trabalho, como disse: “Mas é a Lei”. E o Ministério corre atrás da empresa, a empresa tapeia. E corre novamente, e a empresa tapeia. Por que a empresa tapeia? Porque é um mau negócio e o industrial não gosta de fazer mau negócio. O industrial só faz negócio ruim se o oficial de justiça obrigá-lo a receber o aprendiz. Mas em todos os países de

Primeiro Mundo, o aprendiz é recebido porque é um bom negócio para a empresa.

Quarto ponto. Existe, no Brasil, um negócio que eu chamei de educação e formação profissional invisível. Quando eu analiso o PIB e pergunto quanto se gasta em educação e formação profissional, incluindo o Sistema S e tudo o mais? Quatro e pouco por cento do PIB. Se incluo o que se gasta no setor privado, esse número cresce cinco e meio por cento do PIB, mais ou menos. Só que nesses cinco e meio por cento estão fora um colosso de coisas, um colosso de formas de treinamento nas empresas. Curso privado, particular, curso disso, curso daquilo etc. Elenice Leite que trabalhou no SENAI muitos anos, e depois no Ministério do Trabalho. Eu e Elenice preparamos um levantamento, e perguntamos: quanto do PIB vai para formação profissional e para educação, que não passa pela contabilidade pública, que não passa pela estimativa de cinco e meio por cento? Conseguimos chegar a quatro pontos do PIB. Isto é, quatro por cento do nosso PIB, de educação e formação profissional, oficialmente não existem. Eu sempre me pergunto se não é melhor que oficialmente não exista. Assim o Governo não atrapalha. Às vezes, quem sabe até que o Governo podia ajudar. A gente poderia ser otimista. Agora, o fato é que existem quatro por cento – devem ser cinco porque conseguimos contar quatro. Enfim, o Brasil gasta dez por cento do seu PIB com educação e formação profissional, e metade disso ninguém sabe como. Se é bom ou ruim, se é mais ou menos, totalmente regulado pelo mercado. Supostamente, não pode ser muito ruim porque alguém quer comprar e alguém quer vender. Supostamente, não pode estar havendo embromação em alta escala. Deve existir em pequena escala, mas em

alta escala não deve ser. E isso é ignorado em todas as partes, não existe nem estatística, nem lei, nem apoio, e, felizmente, não existe atrapalhão. Portanto, é um elemento importante nesse processo de entender a nossa formação profissional. Grande parte da formação profissional está fora de controle estatístico, fora de controle de tudo. Repetindo, talvez até não seja mal que isso aconteça.

Quinto e último ponto. O papel do Estado na formação profissional é estimular o mercado e não substituir o mercado. Toda vez que o Estado tenta substituir o mercado é um desastre. No Planfor, pela pesquisa de Rios Neto, calculou-se que a proporção de graduados empregados está em torno de zero por cento. Por quê? Porque decidiu-se pela substituição do mercado, mas não há pesquisa de mercado, não há nenhuma tentativa de casar oferta com procura. O papel do Governo não é refazer o Glospan (Comitê Estatal de Planejamento da extinta União Soviética). Eu vi o Glospan funcionando na Rússia, e não recomendo. A idéia é que não cabe ao Governo controlar a formação profissional, dizer forma tanto disso, tanto daquilo e tanto daquilo outro, simplesmente porque não deu certo em nenhum lugar em que se tentou. O papel do Governo é estimular o funcionamento do mercado e socorrer os desequilíbrios. Dois tipos de desequilíbrios. Um, se vamos ter um grande salto de demanda – uma fábrica de automóvel na Bahia, em que não há fábrica de automóveis, provoca uma demanda enorme, que vai aparecer toda no mesmo dia. É preciso uma grande antecipação de demanda quando há esses saltos. E socorrer as populações desatendidas, o papel social. O Governo tem de ir atrás consertando o que o mercado não resolveu. Não estou dizendo nada de novo. É assim que funciona nos

outros setores da economia, mas é bom lembrar que, também na formação profissional, não devemos achar que o Estado vai coordená-la. Eu nunca consegui descobrir o que é coordenar. Essa palavra é misteriosa. Quando você manda, você não coordena, você manda. E quando você coordena, você não manda e, portanto, não coordena. Por duas vezes integrei o Conselho Federal de mão-de-obra. Duas lembranças estão vivas na minha memória. Primeiro, o Conselho não mandava nada. Segunda, a felicidade de saber que o Conselho não mandava nada. Se o Conselho mandasse, só podia sair besteira porque não sabia nada do assunto. Era o cara da Fazenda, o cara do MEC, o cara de não sei o quê, o cara do sindicato que não tinha nada a ver com nada. Se mandasse, seria um desastre.

GILBERTO DIMENSTEIN – Eu queria entender um pouco a sua posição. Sobre a questão de aumentar a gratuidade, você é contra ou a favor? Parece-me que essa é a essência do processo. Você fala do SENAI, ou da Rede S como um todo? Por exemplo, no Senac há cursos que custam R\$ 1.200,00 por mês, aqui na cidade de São Paulo. O que você acha dessa questão, da gratuidade como um todo?

CLÁUDIO DE MOURA CASTRO – O recurso do compulsório é dado. E é todo usado com curso gratuito. Pronto, acabou.

O que faz o Sistema S? Para aumentar a escala de operações começa a oferecer cursos nas empresas, como de Curso de Tecnólogo. São cursos superiores, de graduação, pagos, porque a clientela pode pagar. A lógica é correta. Agora, existe um ajuste fino. Alguns estados cobram pelo Curso Técnico, São Paulo não cobra. Eu sou favorável a

uma cobrança seletiva pelo Curso Técnico, porque este não é, necessariamente, um aluno de classe mais baixa. Boa parte dos alunos do Curso Técnico pode pagar. Assim, sou favorável não a um Curso Técnico gratuito ou a um Curso Técnico cobrado, como é de um Estado a outro, e sim a uma cobrança de quem pode pagar. Ou você cobra de todo mundo e dá bolsa, ou já seleciona.

MINISTRO CARLOS LUPI – Não há nenhum veto no projeto à proibição de que se cobre. A única diferença é que se já recebe de quem paga, não precisa receber para quem não vai pagar. Diferenciar isso é que é a discussão e até mais, não queremos impor nada, ainda estamos discutindo isso.

O foco que quero trazer é que quem pode pagar tem de pagar, é óbvio, mas quem pode pagar e paga, não precisa ter também o recurso total do montante para remunerar o SENAI ou o Sistema. Então, tem de focar o dinheiro do Sistema, que é o dinheiro, na nossa avaliação, público, para quem precisa ter o curso gratuito, pois aquele que paga está resolvido. No sistema da sociedade capitalista não queremos nos meter. Eu só quero direcionar para quem não pode o dinheiro que é público para focá-lo. Só isso.

CLÁUDIO DE MOURA CASTRO – Pelo que entendo, vendo os SENAIs em geral, toda a formação de jovem não é paga. Toda essa qualificação não é paga. O que acontece, então? Os SENAIs vão usando os seus recursos de baixo para cima. No caso de São Paulo, o baixo para cima chega até a cobrir o Curso Técnico, mas para cima, não. Os Cursos de Pós-Graduação, não. Outros SENAIs cobram pelo Técnico. Mas, de

forma geral, o que acontece? O Sistema S usa todos os seus recursos atendendo uma clientela mais pobre. E aí ele dobra a sua escala de atividades cobrando dos outros, os que podem pagar.

Não vejo nenhum problema nisso. Parece-me a solução mais inteligente.

GILBERTO DIMENSTEIN – Você fez uma afirmação muito valiosa e importante, de não misturar a questão acadêmica com a questão profissional. Mas você inclui também o Centro Paula Souza que, em São Paulo, é muito bem-sucedido e, ao mesmo tempo, é uma escola regular, combinado com uma escola profissional. Você engloba o Paula Souza nos seus exemplos?

CLÁUDIO DE MOURA CASTRO – Não. O Centro Paula Souza, com a separação criada em 1995, pelo Ministério da Educação, entre a parte acadêmica e a parte técnica, com a densidade técnica de engenheiros, a cabeça da instituição. O Centro Paula Souza, não. Acho que o Paula Souza está do lado certo da equação.

O que aconteceu, e acho uma coisa muito boa, é o que as secretarias de educação – que desde longa data mostraram uma total inapetência pelo ensino técnico vocacional – agora estão fazendo, como é o caso de Minas e São Paulo. Não sei em que ponto já chegou, é um sistema de báltico. Ou seja, você formou aqui, você ganha tanto, você vai fazer a sua formação profissional com quem sabe. Eu não vou fazer aqui, porque não sei fazer. É o que Minas está começando a fazer. A Secretaria de Educação não sabe de formação profissional e não vai

aprender nunca, em vez de gastar o dinheiro, pega um bote, e segue para o Centro Paula Souza, para o SENAI, para o SEBRAE, para o padre, para a freira.

O que foi observado quando fazemos esse grande diagnóstico de formação profissional? É que a oferta de formação não cria demanda de formação. O emprego está lá ou é uma total perda porque você gasta o dinheiro, mobiliza a escola, cria uma expectativa e a frustra. É o pior dos mundos. O que acontece? Qual a história dos últimos 50 anos de Ministério do Trabalho e de formação profissional? Desaba o emprego e aí o Ministro disse que a única coisa que ocorre é fazer um curso de formação profissional. É o mais barato, mais fácil e dá para anunciar correndo.

A história da formação profissional, depois da crise de 1970, é o ministro de Trabalho anunciando curso de formação profissional quando aumenta o desemprego.

A história das pesquisas que foram feitas na esteira dessa experiência é absolutamente inútil. Não serve para nada, não cria emprego. Ou o emprego está lá e você tem um bom radar para identificar, ou é jogar dinheiro fora.

GILBERTO DIMENSTEIN – Mais um questionamento para o Cláudio Moura de Castro que achei muito interessante:

“Existem vários instrumentos para avaliar o desempenho dos alunos no ensino fundamental. Não existe nenhum instrumento similar para avaliar o desempenho dos alunos das escolas técnicas. Você acha interessante a criação do sistema nacional de avaliação na área técnica?”

CLÁUDIO DE MOURA CASTRO – Não, e explico. A área técnica é sempre uma combinação entre competências genéricas, que servem para tudo, tal como escrever, medir, fazer desenhos técnicos, metrologia, que devem ser objeto de algum tipo de exame, inclusive o próprio SAEB captura muito bem. E, de outro lado, são conhecimentos específicos voltados para certas profissões. Na Alemanha, são 280 profissões. Na Rússia, eram 1.200, reduziram para 700. A própria mecânica de fazer um exame para isso é muito problemático. Faz muito mais sentido ter um exame de conhecimentos gerais, que podem ser o mesmo para todo mundo e capturar a empregabilidade dos graduados pelos estudos de acompanhamento de egressos. Isso é o que funciona. Quer dizer, aprendeu a ler planta, o que você pega para todo mundo é o SAEB da formação profissional e mais empregabilidade. Nesse estudo de empregabilidade, quando você faz a análise e o que o camarada que formou na Paula Souza está fazendo, você vai receber uma série de informações adicionais, que o SENAI fez durante muito tempo. Isto é: isso aqui está servindo, isso aqui não está servindo, está faltando isso, está faltando aquilo. Mas é uma informação que as escolas têm de usar.

Qualquer coisa desse tipo precisa ser ao mesmo tempo centralizada e descentralizada. A escola precisa de acesso imediato ao que está saindo.

GILBERTO DIMENSTEIN – Por esse critério também não poderia abrir mão de um Enade (Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes) e assim por diante?

CLÁUDIO DE MOURA CASTRO – Como é que é?

GILBERTO DIMENSTEIN – Porque a universidade também poderia não ter uma avaliação por esse critério. A empregabilidade poderia ser um critério.

CLÁUDIO DE MOURA CASTRO – Na verdade, se tomarmos cinco, dez profissões, captura-se 80% dos graduados do ensino superior. Isso não é verdade na formação profissional. Além do que, na formação profissional, há níveis muito diferentes, começam desde o nível mais baixinho. Se você fizer a matriz dos níveis e das ocupações que apenas o SENAI oferece, estamos falando de centenas, é inviável.
